

05 de maio de 2020

Boletim n.33 - Ciências Sociais e coronavírus

No *boletim n.33*, *Olívia Bandeira e Brenda Carranza (PUC-SP e Unicamp)* situam a relevância e o poder de lideranças cristãs, principalmente neopentecostais, no contexto político brasileiro atual, chamando atenção para a forte relação estabelecida com o governo federal e um projeto comum de país. Já *Emerson Giumbelli (UFRGS)* nos provoca uma reflexão acerca do papel social da(s) religião(ões) que, em um cenário de pandemia, vai se reconstruindo e se desenhando em constante interação com a evolução da doença, que alcança contextos sociais diversos.

Só o Brasil cristão salva do COVID-19?

Por Olívia Bandeira e Brenda Carranza

No domingo 12 de abril de 2020, das 16h às 18h20, a programação da TV Brasil foi interrompida para uma “celebração de Páscoa por videoconferência”, iniciativa do presidente da República Jair Bolsonaro e da primeira dama Michelle Bolsonaro. O evento contou com a participação de 20 lideranças religiosas cristãs (17 evangélicos e 3 católicos), além de um rabino. Lideranças de outras religiões, como as de matriz africana ou o espiritismo, não estavam presentes.

Para além do debate sobre a laicidade do Estado e do uso ilegal da TV pública para a realização de proselitismo político e religioso¹, gostaríamos de refletir sobre como o gerenciamento das ações de combate ao COVID-19 tem sido utilizado por setores conservadores no fortalecimento do papel da religião nas decisões políticas.

A videoconferência pascal aconteceu sob a justificativa da pandemia, que impediu cultos e missas presenciais, e foi realizada uma semana após o jejum convocado pelo presidente para o Domingo de Ramos. No evento, ao interpretar religiosamente a situação atual, essas lideranças buscavam: a) fortalecer a legitimidade da religião na política e a si mesmas como porta-vozes de um campo religioso heterogêneo, b) consolidar a imagem do Brasil como nação cristã e c) reforçar o caráter religioso nas determinações do Presidente, elevando-o a “novo messias” prestes a salvar o Brasil.

Em relação ao primeiro ponto, é importante destacar quem são essas lideranças que se aliam a Bolsonaro em seu posicionamento diante do coronavírus. São elites pastorais e parlamentares, sobretudo (neo)pentecostais, que vêm se projetando na mídia e desenvolvendo um ativismo político-religioso na esfera pública.

Entre elas, há apresentadores de programas na TV, como R.R. Soares (Igreja Internacional da Graça de Deus), Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) e

1

<http://fndc.org.br/noticias/bolsonaro-usa-tv-brasil-para-promocao-pessoal-e-proselitismo-religioso-924938/>

Josué Valandro Junior, da Igreja Batista Atitude, frequentada por Michelle Bolsonaro. Há aqueles que detêm os seus próprios meios de comunicação, como Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus), proprietário da RecordTV, e o casal Estevam e Sônia Hernandez (Igreja Renascer em Cristo), proprietários da Rede Gospel. E há os políticos, como o deputado federal Marco Feliciano (Assembleia de Deus Catedral do Avivamento) e Robson Rodovalho, ex-deputado e fundador da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra.

Nos programas de TV e nas redes sociais, essas lideranças pressionam as autoridades para a manutenção dos espaços de cultos abertos, sob o argumento de que as igrejas seriam serviço essencial em sua dupla tarefa espiritual e assistencial². Reforçam o argumento de Bolsonaro contra o isolamento social: a recuperação da economia seria tão ou mais importante do que as mortes provocadas pelo coronavírus. A posição dessas lideranças contra o isolamento não reflete o posicionamento do conjunto das igrejas ou dos fiéis - pesquisa Datafolha mostrou que 82% dos entrevistados eram a favor da suspensão dos cultos e missas durante a pandemia³ - embora possamos imaginar seus efeitos no desenvolvimento das ações de combate ao COVID-19.



Na videoconferência, muitas das pregações visavam ao mesmo tempo minimizar a pandemia e criar um cenário de otimismo em relação ao governo Bolsonaro. A fala de Malafaia foi exemplar: “dentro de pouco tempo o Brasil vai usufruir de um tempo de prosperidade que nunca aconteceu em nossa história e esses profetas do caos vão ficar envergonhados, porque, lógico, toda morte é uma tragédia, (...) mas a verdade é que há um espírito de pânico e medo colocado na população por interesses escusos, interesses políticos.”

O otimismo em relação ao Brasil e à pandemia é ancorado nos dois pontos. A ideia de que o Brasil estaria se tornando mais cristão – o que desconsidera as estatísticas sobre o crescimento dos “sem religião” (IBGE: Censo 2010), mas na fala dos evangélicos

²<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/programas-religiosos-defendem-templos-abertos-e-fe-contra-coronavirus/>

³<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/03/maioria-tem-medo-de-coronavirus-e-apoia-medidas-de-contencao-diz-datafolha.shtml>

pode ser interpretada como o crescimento dos próprios evangélicos – e a imagem de que Bolsonaro seria um escolhido de Deus para presidir a nação.

Antes de cantar, a bispa Sônia Hernandes disse “nós louvamos a Deus por ter nos dado um presidente e uma primeira dama que temem a Deus, sabemos que Deus está no controle”. Já o bispo Rodovalho legitimou religiosamente a representação política do presidente: “eu tenho esperança na sua gestão, (...) na autoridade [com que] Deus o investiu”. O pastor René Terra Nova (Visão Celular no Modelo dos 12) foi além no “protagonismo” de Bolsonaro: “chegou a hora de Deus nos céus do Brasil. Por que isso é possível? Porque alguém se levantou e disse Senhor, o Brasil está nas suas mãos”.

Falas como essas pavimentaram o discurso final de Bolsonaro que, após narrar como sobreviveu à facada e sua eleição como “milagres”, afirmou sobre a pandemia: “Temos dois problemas pela frente, lá atrás eu dizia, o vírus e o desemprego. Quarenta dias depois, parece que está começando a ir embora a questão do vírus, mas está chegando e batendo forte o desemprego. Devemos lutar contra essas duas coisas. Obviamente que sempre lutamos crendo, acreditando em Deus acima de tudo”.

Mesmo as lideranças que não defendem o fim do isolamento social, como André Valadão, cantor e pastor da Igreja Batista da Lagoinha, e o padre cantor Reginaldo Manzotti, reforçam a ideia de uma nação brasileira cristã, cujos valores ético-morais devem orientar toda sociedade e inspirar a formulação de políticas públicas no que refere a matéria bioética e direitos reprodutivos e sociais. Sonho da direita cristã brasileira com atuação desde a constituinte de 1988 que ecoa as consignas da direita religiosa norte-americana dos anos 1960, atualizada com a visita de pastores assessores do Governo Trump ao Planalto em 2019. É essa direita cristã que se consolidou na eleição de Bolsonaro, assumiu a agenda moral como mote de campanha e se empenha na construção da ideia de uma nação cristã em combate ao coronavírus.

Olívia Bandeira é coordenadora do Intervoices; pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR/Unicamp) e do Grupo de Pesquisa Gênero, Religião e Política (GREPO/PUC-SP).

Brenda Carranza é professora-pesquisadora da PUC-Campinas; Coordenadora do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR/UNICAMP); Vice-líder do Gênero, Religião e Política (GREPO/PUC-SP).

Religiões em tempo de pandemia

Por Emerson Giumbelli

Para quem pesquisa a presença pública das religiões, a epidemia do coronavírus vem trazendo um instigante conjunto de situações a acompanhar. Há notícias que apontam casos documentados de transmissão da doença durante cultos cristãos ocorridos na França e na Coreia do Sul. As aglomerações provocadas por atividades

similares tornaram-se no Brasil alvo de controvérsias bem conhecidas, desenhando campos em confronto. De um lado, a anuência à interrupção dos serviços ou ao fechamento dos templos como forma de colaboração com as medidas de isolamento, colaboração que pode ir até a conversão de espaços de culto em ambulatórios. De outro, a utilização do princípio da liberdade religiosa como fundamento para a manutenção das portas abertas e da realização de cultos, com a chance disso se estender ao anúncio de curas ou a promessas de imunização contra o vírus. Na perspectiva das autoridades civis, podemos encontrar oposição análoga, ora considerando-se a religião como um “serviço essencial”, ora tratando-a como um gerador de ocasiões de contaminação. Na opinião pública, por sua vez, pode-se reconhecer o papel da religião como assistência às pessoas em tempos difíceis, mas também a epidemia reforça a ideia de que a religião tem pouco a ajudar nessa crise.

Embora seja importante entendermos essas oposições (e tudo que cabe entre os opostos), não devemos nos prender a elas se quisermos acompanhar as variadas situações em que se configura a relação entre religiões e epidemia. Um ponto fundamental é exatamente não nos restringirmos ao universo cristão, aquele que tem ocupados os noticiários. Como outras religiões vêm lidando com a crise pela qual passamos? Pergunta que nos leva à seguinte: qual a concepção de religião em jogo quando se pressupõe que a um grupo de pessoas é indiferente poder se reunir para praticar suas crenças?

A ideia que uma religião pode persistir sem encontros presenciais está em sintonia com uma concepção atomizante. Ou seja, a crença vem primeiro, uma relação pessoal entre o fiel e alguma força divina, sendo os rituais coletivos mera consequência disso. Tal concepção tem origem na Reforma protestante, tornando interessante a constatação de que a reação às restrições de aglomeração é mais forte entre algumas igrejas que descendem desse movimento. Isso parece apontar que mesmo em religiões mais individualistas predomina a existência de rituais coletivos. A questão, então, passa a ser: como diferentes religiões buscam manter essa dimensão coletiva?

Observando o universo das religiões de culto aos orixás, encontramos situações interessantes. Nessas religiões, as festas e outros rituais coletivos são essenciais. Na impossibilidade destes acontecerem, mães e pais de santo usam certas tecnologias para manter o contato com seus filhos, disseminando mensagens ou ficando disponíveis para atendimentos individuais. Se isso certamente incentiva dinâmicas mais atomizantes, por outro lado, em função do maior acesso proporcionado por uma tecnologia, amplia o alcance da palavra dessas lideranças religiosas e, em alguma medida, interfere nos seus fundamentos. O que ocorrerá após a epidemia, quando os rituais puderem voltar a ser presenciais?

Portanto, ao acompanharmos a relação entre epidemia e religiões, a questão não se restringe às reações das segundas à primeira (ou vice-versa). Deve-se também perguntar: o que está mudando nas religiões enquanto lidam com os sérios desafios da

epidemia? Se o recurso a tecnologias de contato parte da ideia de reproduzir práticas estabelecidas em uma religião, é possível também que se criem novas realidades. O que vale para as religiões afro-brasileiras serve igualmente para acompanharmos, com a devida consideração das especificidades, o que vem ocorrendo em outros universos: transmissão de cultos a partir de templos sem fiéis, recebimento de dízimos pela internet (incentivando o desenvolvimento de aplicativos), procissões realizadas com automóveis, correntes de oração ou propostas de orações coletivas virtuais, etc. Enquanto que algumas dessas práticas têm efeitos sobre o que já estava consolidado e consagrado, sua repercussão, desde agora, torna-se parte da forma pela qual uma religião se dissemina e passa a ser conhecida.



Fotografia do autor

Voltemos então à questão, anunciada no início, da presença pública das religiões. É possível apontar essa questão no âmbito do enfrentamento da epidemia em duas direções. Primeiro, se o que sugiro acima está correto, as religiões podem ser observadas como experimentos sociais que participam das formas contemporâneas de reimaginar os vínculos, produzindo mais individuação e mais coletivização ao mesmo tempo. São exatamente as mudanças expressas nos modos com que as religiões lidam e se envolvem com a epidemia que vão mostrar isso.

O segundo ponto retoma a pergunta sobre as concepções de religião, com um interesse específico sobre suas definições sociais. Quando se inclui os templos entre os “serviços essenciais”, reforça-se o argumento de que a religião é algo que está nos fundamentos da sociedade. Tal argumento aparece também em outras controvérsias, como a do ensino religioso em escolas públicas. Há quem o defenda exatamente com base na ideia – discutível – de que a religião é fundamental ao ser humano. Por outro lado, o argumento de que a religião seria dispensável, ou mesmo um empecilho, no enfrentamento da epidemia parece expressar uma visão pouco sensível ao papel que ela pode ter na sociedade. Pois o que está em jogo, nesse momento, são os entendimentos acerca do que seja liberdade religiosa e suas implicações. Ao passo que, para alguns, liberdade religiosa exige a inclusão da religião entre os “serviços essenciais”, para outros

ela se atrela à busca de formas de contato entre os fiéis que estejam em consonância com as medidas de isolamento social. O enfrentamento da pandemia está propiciando que as religiões encontrem e desenvolvam novas formas coletivas de cuidado. Justamente nisso está o interesse em reconhecer que a religião é algo social, não no sentido banal, mas no sentido profundo de que está inserida na sociedade e depende desta para existir (e se definir). Por essa razão, as tentativas das religiões de reimaginar os vínculos provocam um debate que coloca em jogo seu papel social. Cabe-nos acompanhar tanto as iniciativas de grupos religiosos, as atitudes de seus fiéis, mas também os debates que isso instiga na sociedade em geral.

Agradeço aos integrantes do Núcleo de Estudos da Religião (UFRGS), em especial a Jorge Scola, que reuniram referências a partir das quais este texto foi composto e formam o quadro coletivo no qual reflexões como esta podem se constituir. Para mais informações: www.ufrgs.br/ner

Emerson Giumbelli é professor do programa de pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS e integrante do Núcleo de Estudos da Religião (NER).

Estes textos são parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

ANPOCS
Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

ACSRM
Asociación de Cientistas Sociales
de la Región del Mercosur

ABC **BCP**
Associação Brasileira
de Ciência Política

ABA
Associação Brasileira de Antropologia
Fundada em 1955

**SOCIEDADE
BRASILEIRA DE
SOCIOLOGIA**